


## Os desafios para a formação na modalidade de ensino de jovens e adultos: Em evidência a percepção dos docentes de Belo Horizonte

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.015-001>

**Leila Vaz da Silva**

Mestra em Administração

Faculdade Uninassau de Belo Horizonte

E-mail: [leila.vaz@terra.com.br](mailto:leila.vaz@terra.com.br)

### RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar os desafios para a conclusão do processo formativo de alunos matriculados no Programa de Educação para jovens e adultos, considerando a percepção dos docentes, em escolas de Belo Horizonte. Para fundamentação teórica do estudo foram expostos os processos que buscam legitimar o cerne e a evolução do ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, bem como apresentar a trajetória histórica dessa modalidade de ensino, tendo por referência os trabalhos de Haddad (2.000); DI Pierro; Joia, Ribeiro, (2.001); os marcos legais disponibilizados pelo MEC (2003); além da caracterização do perfil desses estudantes baseado nos dados do Censo da Educação Básica (2.020). A estratégia metodológica adotou quanto a natureza, pesquisa aplicada com abordagem quantitativa, sendo classificada como descritiva, com técnica de estudo de caso. Os resultados apontam que os alunos do EJA são trabalhadores que estudam e que os principais desafios para conclusão do processo formativo consistem em conciliar trabalho e estudo; cansaço; adaptação a heterogeneidade das turmas; a estrutura das salas; e foco decorrente de outras preocupações. O estudo poderá contribuir com o desenvolvimento de estratégias de políticas educacionais com foco na redução da evasão nessa modalidade de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino Jovens e Adultos 1, EJA 2, Aprendizagem 3.



## 1 INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização adotado para jovens e adultos extrapola o foco de compreensão das simbologias, envolvendo todo o procedimento de identidade e inserção social, considerando a inclusão de assuntos que envolvem a discriminação e as desigualdades sociais. Para Soares (2001) a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil se instala em um contexto que abrange à sua desvalorização e à indiferença, e que convive com outras iniciativas e materialização de muitas propostas.

Para entender a ação que objetiva disponibilizar uma educação de qualidade para jovens e adultos (EJA) no Brasil, torna-se importante retornar ao período de colonização portuguesa, a partir do ingresso dos Jesuítas que tinham como alvo catequizar a população, principalmente os indígenas, incluindo as crianças os adultos, com a finalidade de ampliar a adesão a fé católica associado ao processo educativo. Contudo, após a chegada da família real e retirada dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos quase que deixa de existir e a responsabilidade pela educação fica em segundo plano (STRELHOW, 2010). Friedrich et. al (2010) destacam que somente a partir da década de 1930 o processo educacional de adultos retoma quando em 1934, o governo inaugura o Plano Nacional de Educação que constituiu como dever do Estado todo o processo formativo de modo integral, gratuito, obrigatório e extensivo aos adultos como direito garantido pela constituição nacional.

No fim da década de 40 e início da década de 50, o Brasil vive um momento de busca pelo progresso em decorrência do crescimento da indústria brasileira tornando-se necessário promover e estimular a educação da população para que fosse possível acompanhar o desenvolvimento do país, tendo em vista a necessidade de formar um contingente de mão-de-obra mais qualificada que suprisse a demanda industrial e comercial (SILVA, 2011). As requisições da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura cooperaram para o desenvolvimento de diferentes iniciativas buscando a erradicação do analfabetismo, o que corroborou com a adoção do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNER). Entre os anos de 1942 e 1947 o Brasil estabeleceu duas ações com foco a atender a esse propósito: Em 1942 foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e em 1947, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

No entanto, as duas ações não apresentaram os resultados esperados o que culminou no I Congresso Brasileiro de Educação de Adultos, marcando o início para a mudança do pensamento pedagógico brasileiro (SILVA, 2011). A partir dessas reflexões o Brasil passa a identificar que os principais fatores para o analfabetismo estavam centrados nas questões sociais e pedagógicas. Esse entendimento reforça o pensamento de Freire (1987), que entendia que os problemas educacionais apresentam uma relação próxima com as questões sociais. Na opinião de Baquero (2008) Freire idealizou a Educação de Adultos associando o processo de alfabetização a uma perspectiva emancipatória, já que compreende a alfabetização para além de uma aprendizagem exclusiva para o

conhecimento técnico de codificação e decodificação, mas como interpretação de mundo. Todo o processo de Educação de Adultos sugere o desenvolvimento crucial da leitura do mundo, o qual abarca um trabalho político de conscientização. Desse modo, o Brasil passou a receber pressão internacional, em que a UNESCO incita a preparação de programas para a alfabetização de adultos.

Em Belo Horizonte, o programa de educação de Jovens e Adultos, vem sendo gerenciado pela Secretaria Municipal de Educação que adota como proposta para conclusão do percurso formativo seis meses para cada ano. Dessa forma, com um ano e meio o estudante tem condições de concluir o ensino médio. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, em Belo Horizonte, mais de 420 mil pessoas com mais de 18 anos não concluíram o segundo grau. De modo geral, os estudantes matriculados na Educação para Jovens e Adultos (EJA) não podem ser considerados “estudantes que trabalham”, e sim “trabalhadores que estudam” como bem define Mônica Gomes<sup>1</sup>. Com a cessação das aulas presenciais no período pandêmico por conta do Coronavírus, ela temeu um aumento da evasão de alunos matriculados nessa modalidade e destaca que “só em Belo Horizonte, a evasão foi de 30% em 2019, segundo a prefeitura.

Na opinião de Mônica Gomes, os estudantes da modalidade EJA, geralmente necessitam priorizar o trabalho, e nesse sentido, a educação fica em segundo plano. Para ela, alguns municípios e até o Estado de Minas Gerais introduziram as aulas e atividades remotas, mas não são todas as pessoas que dispõem de acesso aos recursos necessários como internet e computadores, e mesmo quando possuem, podem ter dificuldade de operar as tecnologias. Outra situação apontada por ela está relacionada ao fato de que em algumas residências a família dispõe de um único computador, e nesse caso, priorizam a utilização para o ensino dos filhos e destaca que, apesar de todos os avanços com a utilização da tecnologia, ainda permanece o ponto de vista de que os alunos do EJA já passaram do tempo de estudar, o que não é verdade, reforçando que a evasão escolar dos estudantes dessa modalidade se torna constante e que, o fluxo desses alunos acontece por diversas entradas e saídas no ambiente escolar, o que prejudica o processo formativo.

Na modalidade EJA em 2022 havia aproximadamente 150 mil estudantes matriculados na rede estadual e outros quase 10 mil na rede municipal de Belo Horizonte conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2020), incluindo-se nesse número desde adolescentes que não concluíram o trajeto escolar dentro do tempo previsto a idosos que estão iniciando o processo de alfabetização. Em Minas, existem pelo menos 1 milhão de pessoas com mais de 15 anos que não são alfabetizadas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Esses dados reforçam a importância de sempre manter a discussão sobre o tema de modo a propor ações e políticas públicas efetivas para condução e conclusão desse processo formativo.

---

<sup>1</sup> Mônica Gomes é coordenadora do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos (FOMEJA).

Diante do contexto até aqui apresentado, **o objetivo da pesquisa consiste em identificar quais os desafios para a conclusão do processo formativo de alunos matriculados no programa de Educação para jovens e adultos, na percepção dos docentes, atuantes em escolas de Belo Horizonte. Para responder à questão o estudo tem como objetivos específicos descrever o perfil dos estudantes do EJA nas escolas pesquisadas; identificar o índice de evasão dos alunos matriculados no programa de educação de Jovens e Adultos nas escolas pesquisadas; analisar os desafios para conclusão do processo formativo na perspectiva dos docentes que atuam na modalidade EJA nas escolas pesquisadas.**

O estudo do tema justifica-se do ponto de vista pessoal pelo interesse da pesquisadora com o assunto, aliado a necessidade de desenvolvimento do estudo como critério obrigatório para conclusão do curso de licenciatura em pedagogia. Justifica-se ainda como contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas com vistas a promoção de maior engajamento nos estudos para aqueles indivíduos que não conseguiram finalizar o processo formativo dentro do tempo previsto, o que lhes permitirá melhor capacitação para a vida e o mundo do trabalho. O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira aborda a revisão da literatura e a fundamentação teórica do tema, apresentando a trajetória histórica do EJA e os marcos legais da educação, além das características do estudante dessa modalidade no contexto brasileiro. O segundo capítulo apresenta a metodologia adotada para realização do estudo e o terceiro trata da apresentação e discussão dos resultados. O quarto capítulo apresenta as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O capítulo destinado ao referencial teórico expõe os processos que buscam legitimar o cerne e a evolução do ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Apresenta-se a trajetória histórica dessa modalidade de ensino, bem como os marcos legais e a caracterização do perfil desses estudantes.

### **2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO EJA – ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Refletir sobre o processo de escolarização na educação de jovens e adultos (EJA) implica considerar um fluxo plural e de caráter heterogêneo. Ao longo da história da educação brasileira ocorreram mudanças nas políticas públicas objetivando atender ao público dessa categoria de ensino, inclusive com iniciativas coletivas de cunho comunitário por parte de organismos sociais. No entanto, o sucesso desse processo não ocorreu de forma plena. Estudos realizados por (Paiva, 1987; Haddad; Di Pierro, 2000) sugerem que o surgimento do EJA no Brasil ocorreu com a chegada dos padres jesuítas em 1549. Naquele marco temporal, sinais da prática de ensino a adultos se misturaram com a história da chegada ao Brasil pelos portugueses. Os autores relatam que após decorridos 15 anos do desembarque dos colonizadores portugueses em terras brasileiras, chegam os padres jesuítas para

iniciar o processo educacional e instalam a primeira escola em solo brasileiro, com o objetivo de disseminar a fé católica entre os indígenas que aqui residiam. Além das questões religiosas, o processo de ensino também envolvia o objetivo de ensinar boas maneiras, já que os nativos indígenas eram considerados não civilizados, o que demandava, no entendimento dos colonizadores, um processo civilizatório. No entanto, o objetivo que consistia em conseguir maior adesão a fé católica foi de encontro ao desafio da linguagem. Assim, Fausto (1995) ressalta que os padres jesuítas entenderam que se fazia necessário promover a alfabetização dos indígenas, tendo sido posteriormente estendida a ação de alfabetização aos escravos em idade adulta.

Após a independência do Brasil, D. Pedro I aprova a instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos<sup>2</sup>. Apesar de assegurado pela Constituição, esse direito alcançava uma minoria da população, tendo em vista que excluía uma parcela considerável que naquele contexto, não possuía cidadania, representada pelos escravos negros, os indígenas e a maioria das mulheres (HADDAD (2.000); DI PIERRO; JOIA, RIBEIRO, 2.001). Os autores destacam que as limitações para alcance da população no processo de educação dos adultos, presente na primeira constituição, se repete na constituição em 1891, não assegurando o direito já concedido pela I Constituição de 1824 de instrução primária e gratuita a todos, retirando-o do texto da nova Constituição, como condiciona o direito ao voto a população alfabetizada (Art. 70, Parágrafo 2º). Já no século XX, com destaque para as décadas compreendidas entre 1920 e 1930 percebeu-se poucos avanços no que diz respeito ao processo de escolarização dos adultos. De todo modo, o país desenvolve as bases para políticas públicas educacionais com foco nessa modalidade de ensino. Naquele momento, nota-se que o Brasil mantinha a agricultura como base de sua economia (FAUSTO, 1995). Esse autor pontua que o período de ascensão industrial brasileiro, que demandava mão de obra qualificada, constituiu um dos estímulos para fortalecimento das políticas educacionais voltadas a educação dos adultos.

No que diz respeito à mão de obra, havia problemas no suprimento de trabalhadores especializados, mas não faltavam operários de baixa qualificação. Eles eram recrutados entre a população pobre, para quem o Rio de Janeiro era um polo de atração” (FAUSTO, 1995, p. 286-287).

Conforme destacado por Fausto (1995), o analfabetismo de jovens e adultos constituía um obstáculo à economia do país que passa a ofertar escolas noturnas para atender a classe trabalhadora, tendo sido consolidado o compromisso de elaboração de um plano pedagógico em que a alfabetização fosse garantida dentro do prazo de um ano. Ressalta-se a importância de realizar essa retrospectiva histórica no sentido de permitir um maior entendimento sobre o tema, o que facilita a análise das práticas e políticas implementadas atualmente, muitas delas subsidiadas por um processo anterior pouco igualitário no que diz respeito à atenção a modalidade de escolarização de jovens e adultos. Na

---

<sup>2</sup> (Art. 179, XXXII) da I Constituição Brasileira de 1824.

sequência, serão apresentados os marcos legais educacionais que podem contribuir para a compreensão das bases da implementação do EJA no Brasil.

## 2.2 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Essa sessão apresenta uma síntese dos marcos legais que embaçam a educação brasileira desde a década de 1930 até os dias atuais, conforme dados disponibilizados pelo MEC – Ministério da educação (2023).

**1930** - Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com a função de tratar sobre os assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930). Englobava como responsabilidade do ministério, além da educação, também as atividades relacionadas à saúde, ao esporte e ao meio ambiente.

**1931** – Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do ministério da Educação e Saúde Pública relativo aos temas do ensino (Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931). Corresponde ao atual CNE, órgão colegiado integrante do MEC, instituído pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, que objetiva contribuir na formulação da Política Nacional de Educação, exercendo ações normativas, deliberativas e de assessoria.

**1932** – Cria-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sugerindo um sistema escolar público, gratuito, obrigatório para todos com até os 18 anos. O documento foi assinado por educadores e intelectuais, que defendiam a reconstrução do sistema educacional mais amplo e popular, com objetivo de atender as necessidades de um Brasil que se industrializava.

**1934** – A constituição Brasileira determina que a educação será direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, de responsabilidade conjunta da família e dos Poderes Públicos. No entanto, de acordo com o Art. 150 da Constituição de 1934, esse processo educacional garantia o acesso e a gratuidade somente ao ensino primário integral.

**1937** - Nasce a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que constitui uma reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, começando pela denominação do então Ministério da Educação e Saúde Pública, que altera a designação para Ministério da Educação e Saúde. A mesma lei cria a Universidade do Brasil a partir da união da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Técnica Federal. Novas escolas surgem para promover o ensino profissional como também surgem o Instituto Nacional de Pedagogia, atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nome adotado desde 1938; e o Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937), com o objetivo de incentivar a produção e distribuição de obras de interesse cultural ou didático.

**1942** - Organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), que fundou no Brasil o sistema



educacional de três graus, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). O ensino correspondente ao primeiro grau era constituído pelo ensino primário de quatro ou cinco anos, sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e gratuito nas escolas públicas. O de segundo grau, posterior ao primeiro, denominado ensino médio, destinado a jovens de 12 anos ou mais.

**1947** - Difundida a Campanha Nacional de Educação de Adultos, com participação de todos os Estados e o Distrito Federal que derivou na instalação de 10 mil classes de ensino supletivo para adultos.

**1948** - Comissão composta por diferentes esferas da educação que cria e encaminha à Câmara dos Deputados, por consignação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, sugestão de estatuto para o ensino, que ficou como referência para o Projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada 13 anos mais tarde.

**1953** – Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, que altera o nome do Ministério da Educação e Saúde para Ministério da Educação e Cultura (MEC), nome adotado atualmente.

**1955** – Cria-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o nome de Campanha da Merenda Escolar (Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955) e a partir de 1995, ocorre sua descentralização por meio do processo de municipalização.

**1959** - Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959, são lançadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Essa última visava o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum nos municípios e a verificação da validade socioeconômica dos métodos e processos do ensino primário, educação de base e educação rural vigentes no país a fim de conhecer os mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo.

**1961** - Aprovada em 20 de dezembro de 1961 a Lei nº 4.024, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A primeira LDB, como ficou conhecida, garantiu o direito à educação com recursos do Estado e gerou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações. Com a LDB cria-se o Conselho Federal de Educação, com a responsabilidade, entre outras, de decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior federais e particulares e o reconhecimento das universidades por meio da aprovação de seus estatutos e dos estabelecimentos de ensino superior. Com a primeira LDB houve a diminuição da centralização do MEC e os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia.

**1962** - Aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), um contíguo de metas quantitativas e qualitativas a serem cumpridas no prazo de oito anos. Não resultou de um projeto de lei, mas de uma iniciativa do MEC já na vigência da LDB de 1961.

**1964** – Surgimento do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), tendo por base o método Paulo Freire (Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964). Tinha por objetivo a promoção de uma alfabetização em massa, com mobilização nacional que contou com o envolvimento de corporações estudantis e profissionais, associações esportivas, grupos organizados da sociedade civil, entidades religiosas, organizações governamentais civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão e o magistério.

**1965** - Aprovado o Estatuto do Magistério Superior (Lei nº 4.881, de 6 dezembro de 1965), que estabeleceu o magistério superior indissociável do ensino e da pesquisa nas universidades para fins de transmissão e ampliação do saber.

**1967** - Fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967). Tinha como foco a assistência financeira e técnica com o objetivo de fomentar nacionalmente, a obrigatoriedade do ensino na faixa etária de 7 a 14 anos, extensão da escolaridade até a 6ª série, com inclusão de assistência educativa aos analfabetos de qualquer idade ou condição alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas que assegurassem aferição dos resultados, alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses.

**1971** - Estabelecidas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), com o objetivo de proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania. A colaboração com empresas, por meio de convênios, originou as possibilidades dos estágios profissionalizantes. O ensino passa a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos com a previsão de um currículo comum para o 1º e 2º graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais.

**1974** - Fundado o Conselho Nacional de Pós-Graduação (Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974), para apoiar medidas à execução e atualização da Política Nacional de Pós-Graduação.

**1985** - Redefinidos os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) com foco na ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola. O Mobral passa a ser denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), com vistas a promoção e execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela saíram antes de concluírem todo o percurso escolar (Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985).

**1995** - Criada a TV Escola, por meio do Protocolo de Cooperação Técnica nº 1, celebrado entre o MEC, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O principal objetivo consistia na promoção da melhoria do ensino, utilizando a educação



aberta, continuada e a distância, por meio das emissoras de rádio e televisão da Fundação Roquette Pinto.

**1996** - Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que normatiza para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação. A LDBEN de 1996 constituiu uma referência na trajetória da Educação de Jovens e Adultos. Comparada as LDBs anteriores (1961 e de 1971), a de 1996 compreendia o público de jovens e adultos de modo específico. A partir desse momento, o ensino para jovens e adultos passa a ter um respaldo legal, estando amparado na lei mais relevante do país que rege a educação.

**1998** – Nasce o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como ferramenta de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas.

**1999** - Aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/99, de 14 de setembro de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).

**2001** - Instituído o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), com duração de 10 anos, ficando os Estados e os Municípios a partir de então com a incumbência de elaborar os planos decenais correspondentes. À União cabe instituir o Sistema Nacional de Avaliação, colando os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no PNE. Estabelecido o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), proposto para a concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001).

**2003** – Surgimento do Programa Brasil Alfabetizado (Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003), com o desígnio de requerer a alfabetização de jovens acima de 15 anos e adultos fora da escola antes de aprender a ler e a escrever. A prioridade no repasse de recursos para estados e municípios incita a permanência dos alunos nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

**2004** – Cria-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de afiançar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Os alunos ingressantes e concluintes são avaliados por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Designado o Programa Universidade para Todos (ProUni), que confere bolsas de estudos (parciais e integrais) a jovens de baixa renda (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2004). O programa define que um percentual das bolsas deve ser destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

**2006** - Instituído o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade (Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006). Criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja) e por meio desse programa o aluno aprende uma profissão enquanto conclui o ensino fundamental ou médio (Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006).

**2010** - Designado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema digital gerenciado pelo MEC que admite às instituições públicas e privadas oferecer vagas para seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Enem.

**2011** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), buscando expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011).

**2012** - Fundada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, priorizam os alunos de menor renda e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência.

**2014** - Confirmado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), com diretrizes, metas e estratégias para a educação para o prazo de 10 anos.

**2015**- Lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontamento que define o grupo de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica.

**2017** - Homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017.

**2018** - Instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), para apoiar Estados e Municípios no processo de revisão ou elaboração e implementação dos currículos alinhados a BNCC (Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018). Instituído o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), que busca apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental (Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018).

Conforme dados publicados pelo MEC relativo aos marcos teóricos da educação, nota-se que as normativas voltadas para processo formativo de adultos são bem menos expressivas e em sua maioria foram elaboradas com foco no atendimento voltado ao mercado de trabalho.

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DO ESTUDANTE DO EJA

O índice de analfabetismo da população brasileira entre os adultos, com idade superior a 15 anos está estimada em 6,6%, correspondendo a aproximadamente 11 milhões de pessoas. Mesmo sendo um número elevado, isso significa uma redução de 0,2% do número total de analfabetos em relação ao ano de 2018 (BRASIL/MEC, 2020). Os percentuais são diferentes quando analisados por regiões brasileiras, sendo no Nordeste e Norte 13,9% e 7,6% de sua população formada por pessoas analfabetas, respectivamente, enquanto a região Centro-Oeste possui 4,9%, e as regiões Sudeste e Sul trazem, ambas, 3,3% (IBGE, 2020). A população idosa de 60 anos ou mais cresceu rapidamente nos últimos anos e hoje representa 15,7% dos brasileiros, com cerca de 32,9 milhões identificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADC Educação), realizada em 2019 (IBGE, 2020), percentual superior ao de crianças com até nove anos de idade, que é de 12,8%. Ainda, de acordo com o IBGE (2020), em 2019, a existência de idosos de 60 anos ou mais não escolarizados ou alfabetizados correspondia por grande parte do contingente não alfabetizado (18%), ou seja, cerca de 6 milhões, enquanto os não alfabetizados entre 15 a 24 anos correspondiam a 6,6% e, entre 25 e 40 anos, há 7,9% de pessoas não alfabetizadas.

De acordo com dados disponibilizados pelo Documento de Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA (BRASIL, 2008), distinguir alunos da EJA constitui analisar com e na diversidade. Essa diversidade caracteriza-se pelas diferenças que assinalam os alunos uns dos outros (negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, agricultores; trabalhadores ou desempregados; de origem urbana ou rural; vivendo na sede de um município ou em um distrito; livres ou privados de liberdade por estarem apenados; pessoas com ou sem deficiências). Uma diversidade que constitui a sociedade brasileira e que compreende diferentes modos de ser, viver e pensar. As pessoas que buscam o EJA estabelecem distintas formas de ser brasileiro, entre conflitos e diferentes maneiras de construir sua identidade social, étnico-racial e de cidadania. São indivíduos diversos que procuram espaços para dialogar entre si ou, pelo menos, buscam negociar, a partir de suas diferenças, lugares e direitos garantidos pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade de ensino que engloba diferentes níveis da educação básica, e que fortalece o conceito de democratização do acesso ao ensino na rede pública. Desse modo, jovens, adultos ou idosos, que por diferentes razões não realizaram ou não concluíram seu processo formativo de maneira convencional e na idade correspondente, podem finalizar sua formação básica. Nesse aspecto, os perfis dos estudantes do EJA são, de modo distinto, diversificados quanto a idade, condições sociais, entre outros. Enquanto um certo número desses estudantes já atua no mercado de trabalho em diferentes segmentos, outros permanecem desempregados e veem no EJA uma oportunidade de melhorar sua qualificação e crescimento ou reinserção profissional (MARREIRO, 2021).

Dados expostos pelo Censo da Educação Básica (2022), apontou que havia aproximadamente 2.800.000 de alunos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no país. O número de matrículas da EJA reduziu 21,8% entre 2018 e 2022 chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 1,9% e 12,5% respectivamente. No EJA de nível fundamental, 72,3% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela estadual e pela rede privada, com 23,3% e 4,4% respectivamente. No de nível médio, a rede estadual responde por 86,3% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 10,7% e 2,1% respectivamente e o nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (29,3%) (BRASIL, 2022). Baseando-se nesses dados evidencia-se que no Brasil o ensino fundamental ainda proporciona um modo partilhado de distribuição de matrículas. Sabe-se que o artigo nº 11 das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê esse recurso colaborativo entre o estado e os municípios. No que diz respeito a faixa etária nessa modalidade de ensino, nota-se que se compõe de alunos com menos de 30 anos, que representam 50,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 55,0%. Por outro lado, destaca-se que as matrículas de estudantes com idade superior aos 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 58,9% (BRASIL, 2022).

Em se tratando de cor/raça observa-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,5% do EJA de nível fundamental e 69,3% de nível médio. Os alunos declarados como brancos representam 20,2% do EJA de nível fundamental e 29,2% do nível médio (BRASIL, 2022), reforçando o que estabelece o Artigo nº 10 da LDB que assegura ser de responsabilidade de cada unidade federativa garantir “[...] o ensino médio a todos que o demandarem [...]” (BRASIL, 1996). Na opinião de Marreiro (2021) após análise dos dados divulgados pelo Censo Escolar 2020, torna-se nítido que para muitos estudantes dessa modalidade, essa representa a última oportunidade de conclusão do processo formativo, já que não foi possível concluir o ensino fundamental com idade aproximada de 15 anos, e o ensino médio próximo aos 18 anos. Os dados do Censo mostram que em 2019, mais de um milhão de estudantes realizaram o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o que demonstra a grande diferença e desigualdade que ainda persiste no nosso país.

### **3 METODOLOGIA**

O objetivo desse trabalho consistiu em identificar os desafios para a conclusão do processo formativo de alunos matriculados no programa de Educação para jovens e adultos, na percepção dos docentes, atuantes em escolas de Belo Horizonte. Nesta seção apresenta-se a metodologia adotada para alcançar o objetivo do estudo.

Adotou-se como estratégia metodológica, quanto a natureza pesquisa aplicada com abordagem quantitativa. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como descritiva, já que, de acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007) o estudo utilizou da observação, registro, análise, buscando correlacionar fatos ou variáveis sem manipulá-los. Andrade (2010) aponta que a pesquisa descritiva possui como característica a unificação quanto à coleta de dados, de forma que esta pode ser realizada por aplicação de questionários quanto por meio da observação. O procedimento técnico utilizado nessa pesquisa foi o estudo de caso, que conforme Cervo, Bervian e da Silva (p. 62, 2007) consiste em uma estratégia de “pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida.” Segundo Prodanov e De Freitas (2013), o estudo de caso pode ser utilizado em razão de abordar condições contextuais, controladas em laboratórios ou mesmo situações em que sejam necessárias coletas e análises de características a fim de levantar dados para investigação no contexto contemporâneo.

A pesquisa foi aplicada aos docentes da modalidade de ensino de Jovens e Adultos atuantes em três escolas na cidade de Belo Horizonte, buscando a identificação dos desafios para a conclusão do processo formativo dos estudantes na percepção desses docentes.

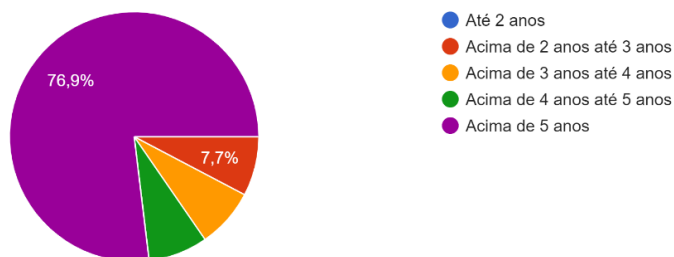
Para o levantamento de dados, o instrumento utilizado consistiu em questionário estruturado aplicado de modo on line utilizando-se como instrumento o google forms. Foi enviado o link acompanhando de uma carta convite por email as escolas públicas que oferecem a modalidade EJA em Belo Horizonte, tendo ficado disponível para respostas entre os dias 02/08/2023 a 10/09/2023, tendo obtido o retorno de três escolas. O questionário aplicado aos docentes (Apêndice 1) foi constituído de duas seções. A primeira buscou identificar aspectos estruturais como tempo de atuação na modalidade; carga horária semanal; e estrutura da escola e da sala de aula; características dos alunos estudantes do EJA e na segunda, tratou-se de identificar a motivação para o retorno a escola e conclusão dos estudos, além de identificar os motivos e percentuais de evasão em cada uma delas.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Compõem-se esse estudo de uma amostra de 13 docentes que atuam com o Ensino de Jovens e Adultos em três escolas em Belo Horizonte. Os dados demográficos dos participantes, aponta que 76,9% atuam com a docência na modalidade EJA a mais de 5 anos, e os 23,1% restantes tem tempo de atuação na modalidade entre 3 até 5 anos, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de atuação no EJA

Tempo de atuação docente no EJA  
13 respostas

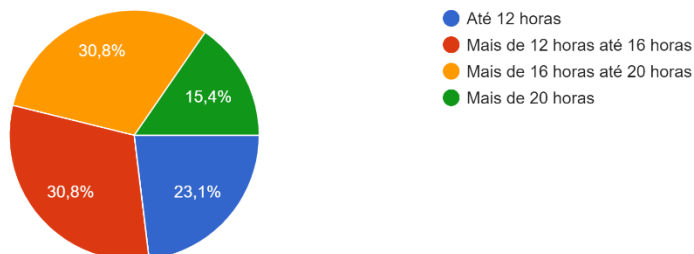


Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito a carga horária docente semanal de atuação na modalidade EJA, os dados apontam que para a amostra pesquisada, 61,8% têm carga horária semanal entre 12h e 20h. 23,1% da amostra tem carga horária menor que 12h e 15,4% apresentam carga horária maior do que 20h semanais, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Carga Horária semanal com as turmas do EJA

Carga Horária semanal com as turmas EJA  
13 respostas



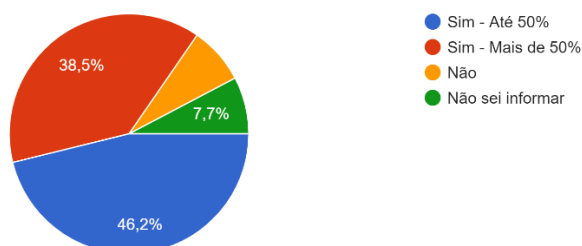
Fonte: Dados da pesquisa

Em se tratando da disponibilidade de estrutura 100% da amostra afirmou que na escola em que atuam existe sala específica para as turmas do EJA. No entanto, ao serem perguntados sobre a existência de estrutura apropriada na sala de aula para adultos 30,8% da amostra disse que essa estrutura não existe. Em relação ao perfil dos alunos, no que diz respeito a identificação da sua atuação no mercado de trabalho, 46,2% da amostra afirmou que, em média 50% dos seus alunos são pessoas que atuam no mercado de trabalho e para 38,5% esse percentual representa mais de 50% dos alunos nessa condição. Apenas 7,7% afirmaram que seus alunos não trabalham e o mesmo percentual para aqueles que não souberam informar como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Alunos atuantes no mercado de trabalho

Seus alunos, são profissionais atuantes no mercado de trabalho?

13 respostas



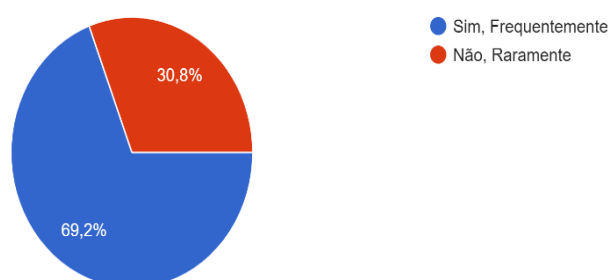
Fonte: Dados da pesquisa

A análise desses dados corrobora o argumento defendido por Mônica Gomes quando afirma que os estudantes do EJA devem ser considerados não como estudantes que trabalham, mas como trabalhadores que estudam. Na sequência buscou-se entender outros fatores que pudessem ocasionar preocupação ao aluno, e para essa questão, o resultado apontou que 69,2% da amostra recebe queixas dos alunos relativos a problemas que os preocupam, conforme apresenta-se no gráfico 4.

Gráfico 4 – Problemas que precisa solucionar, que o preocupa

De modo geral, seu aluno, costuma externar problemas que precisa solucionar, que o preocupa?

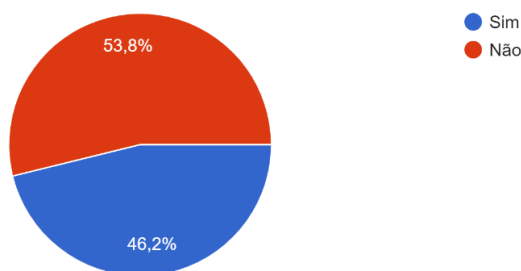
13 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados confirmam que para o aluno do EJA os problemas educacionais apresentam uma relação próxima com as questões sociais reforçando o entendimento de Freire, citado por Baquero (2008). Outro aspecto abordado pela pesquisa buscou-se entender a participação do aluno durante todo o período da aula, e na percepção dos docentes 53,8% não permanecem participativos até o fim do tempo de aula conforme demonstrado no gráfico 5.

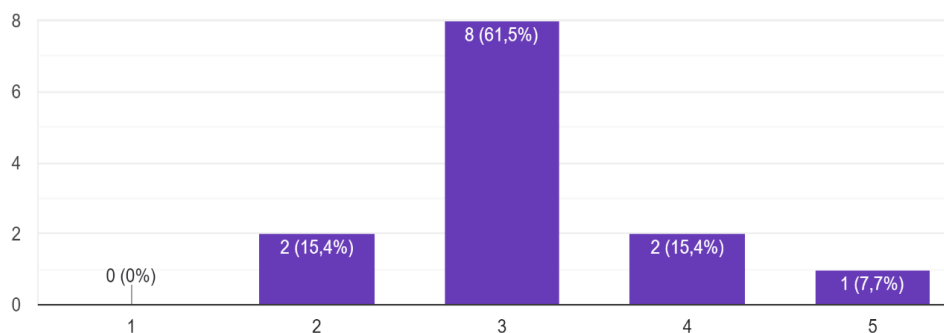
Gráfico 5 – Participação até o fim do tempo de aula  
Seu aluno, geralmente, participa das aulas até o fim do tempo?  
13 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a percepção de sono nos alunos durante o tempo da aula 53,8% da amostra afirmou notar esse estado de sonolência nos alunos. Em relação a disposição do aluno no momento das aulas, nota-se que para 69,2% dos docentes os alunos apresentam-se bem-dispostos. Esses resultados pareceram contraditórios já que a maioria apresenta sono durante as aulas era de se esperar que a maioria se apresentasse com menor disposição por conta desse fator. Buscou-se também identificar as motivações para conclusão do processo formativo dos alunos dessa modalidade. Para mensuração dessas questões adotou-se escala Likert de 5 fatores, sendo 1 menos motivado e 5 muito motivado. Em relação a motivação para aprender conteúdos básicos, na opinião dos docentes, apenas 15,4% estão realmente motivados, resultado diferente quando são abordados conteúdos específicos em que o nível de motivação foi de 30,8%. Procurou-se identificar também o nível de motivação dos alunos para interagir com a aula, o que na percepção da amostra somente 23,1% apresentam grau satisfatório, com pontuação maior que 4 conforme apresentado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Motivação para interagir com a aula  
Qual o nível de motivação dos seus alunos para interagir com a aula?  
13 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

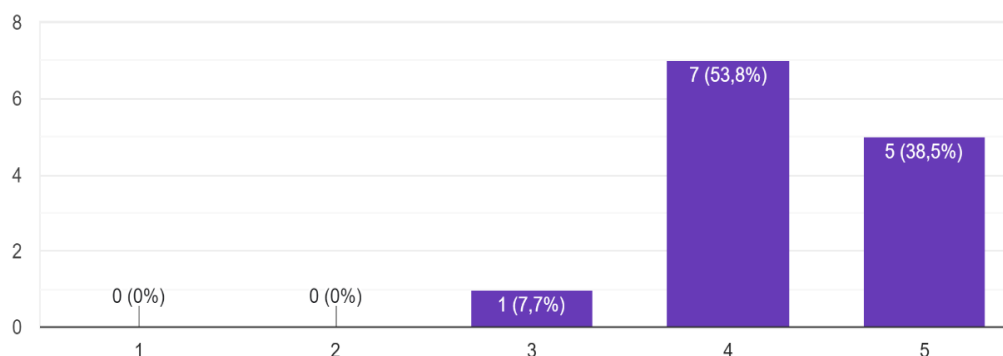
Verifica-se que a motivação dos seus alunos para interagir com os colegas apresenta resultado distinto. Nesse caso 92,3% dos alunos apresentaram pontuação igual ou maior que 4 no nível de motivação conforme nota-se no gráfico 7.



Gráfico 7 – Motivação para interagir com os colegas

Qual o nível de motivação dos seus alunos para interagir com os colegas?

13 respostas



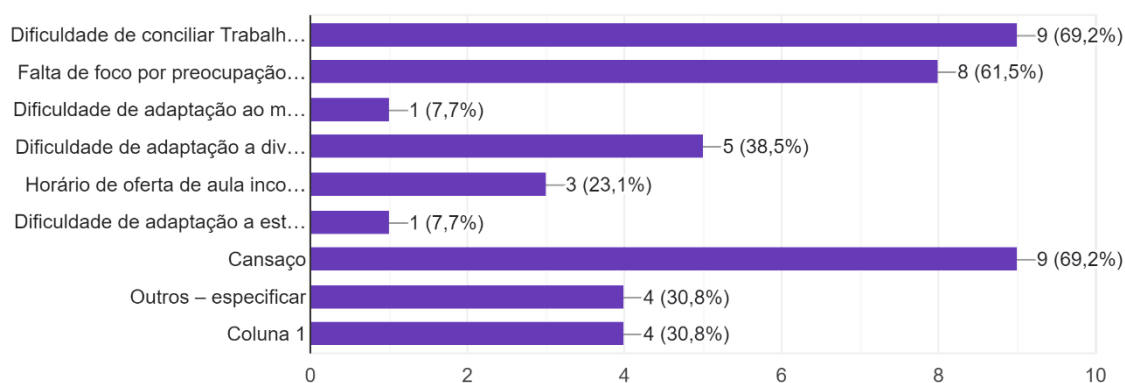
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a motivação para interação com os colegas apresenta-se maior que a interação com as aulas em si, isso reforça o entendimento defendido por Baquero (2008), citando Freire que argumentam que a Educação de Adultos consiste em uma perspectiva emancipatória, e trata-se de um processo de aprendizagem entendida como importante para a interpretação de mundo. Em relação a evasão, buscou-se identificar os percentuais de evasão durante o ano, bem como identificar os fatores que contribuem para a evasão dos alunos. No que diz respeito ao percentual de evasão, para a amostra pesquisada 61,6% dos alunos apresentam percentuais de abandono entre 40% e 60% da turma durante o ano. Em relação aos fatores para essa evasão, foi solicitado que os docentes apontassem em ordem de importância, até 5 fatores principais.

Observa-se que os principais motivos apontados foram o cansaço e a dificuldade de conciliação de trabalho e estudos com 69,2%; falta de foco por preocupações com 61,5% ; dificuldade de adaptação a diversidade da turma aparece a Com 38,5%. O gráfico 8 demonstram esses resultados. Esse resultado corrobora os dados disponibilizados pelo Censo da Educação Básica (2022), que apontou redução de 21,8% entre 2018 e 2022 no número de matrículas.

Gráfico 8 – Motivos de evasão  
Marque os 5 motivos principais de evasão, na sua opinião.

13 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Compreende-se que os principais motivos apontados pelos docentes para a evasão na modalidade EJA constituem aspectos relacionados a necessidade de manter-se empregado, já que a grande maioria são de trabalhadores que estudam conforme apontou Mônica Gomes, e outro fator que chamou a atenção foi a dificuldade de adaptação a diversidade. O Censo da educação Básica (2020) apontou que as turmas do EJA são constituídas de alunos muito heterogêneos em termos de gênero, idade, etnia, entre outros fatores que podem contribuir para essa dificuldade de adaptação de alguns alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo principal identificar quais os desafios para a conclusão do processo formativo de alunos matriculados no programa de Educação para jovens e adultos, na percepção dos docentes, atuantes em três escolas de Belo Horizonte. Os dados levantados por meio do questionário eletrônico aplicado a amostra de treze docentes que atuam na modalidade EJA nas escolas pesquisadas apontam que a maioria dos estudantes são pessoas atuantes no mercado de trabalho e que precisam conciliar a atividade laborativa com os estudos. Esse inclusive foi um dos fatores mais representativos dos motivos apontados pelos docentes como contribuição para a evasão dos alunos dessa modalidade. Outro ponto que merece destaque diz respeito a importância do processo formativo para as relações sociais, tendo em vista que os dados apontaram para menor interação com as aulas e maior interação com os colegas de turma, evidenciando que o processo pedagógico não pode ser desenhado desvinculado das questões sociais.

Em se tratando dos conteúdos abordados, nota-se que a motivação para conteúdos específicos se apresenta mais atraente aos alunos do que os conteúdos básicos. Esses resultados podem estar associados ao fato de tratar-se de aluno mais experiente e com maior vivência, o que faz dele uma pessoa com visão mais crítica de mundo. Outro ponto que chamou a atenção refere-se a estrutura da



escola para receber os alunos dessa modalidade. Apesar dos docentes sinalizarem a existência de sala específica para o aluno do EJA, também reportaram que em parte das escolas a sala tem a mesma estrutura para as demais turmas, o que torna o ambiente pouco atraente e motivador a um aluno adulto. Como forma de contribuição sugere-se que outros estudos sejam realizados, e que se investigue também a percepção do aluno, talvez por meio de estudo comparativo, que nesse estudo não teve esse enfoque.

Alguns fatores limitadores merecem ser mencionados sendo o fator tempo, associado ao pouco envolvimento das escolas em participar do estudo e solicitarem aos docentes que respondessem ao questionário.

Torna-se importante salientar as principais contribuições do estudo que podem ter os dados aqui levantados como contribuição para se pensar estratégias mais eficazes para retenção dos alunos na modalidade EJA, bem como disponibilizar estrutura específica a esse público, de modo a aumentar o nível de satisfação e engajamento com o processo formativo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAQUERO, Marcelo. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. In OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005> acesso em 04/03/2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Documento de Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 20 de mar. de 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf)>. (Acesso em 27 out. 2020.)

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Censo da educação Básica (2022)

BRASIL, MEC- Ministério da Educação. Acessado em 29/4/2023 in <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>

CAVALCANTI, Marcelo e MOREIRA, Enzo. Metodologia de estudo de caso: livro didático. 3. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001, p. 58-77.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FRIEDRICH *et.al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

Gomes, Mônica. Educação de jovens e adultos no centenário de Paulo Freire: comemorações ou distanciamentos? Revista Pensar a educação em pauta.2021. Disponível em <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/educacao-de-jovens-e-adultos-no-centenario-de-paulo-freire-comemoracoes-ou-distanciamentos/> Acessado em 04/03/2023

HADDAD, Sérgio. Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Col. Estudos e Pesquisas, n. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo escolar – sinopse. Acessado in <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/pesquisa/13/5913> Agosto de 2023.



MARREIRO, Davi. Planetta educação, 2021. <https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/jovens-e-adultos/a/452/educacao-de-jovens-e-adultos---eja-entenda-o-perfil-predominante-dos-alunos>. Acessado em 29/4/2022.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Acessado em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/dados-das-escolas-com-eja.pdf> agosto de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.– 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Solange Pereira da. Situação da educação de jovens e adultos em uma escola da rede pública de ensino. 2011. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/589>. Acesso em:04/03/2023

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.